

Declaração de Voto do deputado Mendes Bota sobre a votação do Projecto de Resolução nº 302/XI/2ª (BE), intitulado “Suspende o processo de introdução de portagens na Via do Infante”

Assembleia da República, 14 de Janeiro de 2011

Por experiência própria, por realismo, e por transparência para com os eleitores, fui eu próprio, pelo meu punho, quem redigiu a Nota Prévia que introduzia o documento intitulado “Uma ideia para o Algarve – reflexões partilhadas”, distribuído pelo PSD/Algarve durante a campanha para as eleições legislativas de 27 de Setembro de 2009, e que rezava o seguinte:

“NOTA PRÉVIA

Quando são chegados os períodos eleitorais, tornou-se tradição por parte de todas as forças democráticas em disputa à escala regional, a apresentação de longos e completíssimos “Programas Eleitorais” que, na prática, mais não são do que inventários de necessidades, traduzidas em obras, acções e políticas de que as populações estão carecidas.

São rosários de promessas, muitas delas impossíveis de concretizar, desde logo por insuficiência de meios, já para não falar que os centros de decisão que as poderiam tornar realidade estão muito para além do poder e da vontade dos oito Deputados que em representação do Algarve têm assento na Assembleia da República, e são, não poucas vezes, abafadas à nascença pelo invocado “interesse nacional”.

A orientação do PSD para estas eleições tem como balizas o “falar verdade”, e não fazer promessas que não se possam cumprir.

Mas, porque falar verdade também é dar abertamente a conhecer ao eleitorado algarvio o que pensam os candidatos do PSD/Algarve sobre as questões que mais lhe interessam, aqui fica o resultado da sua reflexão colectiva, por todos subscrita, e que aqui se partilha.

*Não são promessas, mas representam um compromisso com a Região. Um compromisso que consiste em defender a implementação destas ideias em todas as circunstâncias, no tempo e nos locais onde as mesmas estejam em causa ou em discussão, **sob reserva de a sua concretização não depender apenas da vontade dos Deputados do PSD eleitos em representação do Algarve.***

Tudo prometer, seria uma irresponsabilidade. Tudo exigir, seria uma demagogia. É, pois, com sentido de responsabilidade, que os candidatos do PSD/Algarve se apresentam aos eleitores, de cara erguida, sem vergonha das suas ideias, e confiantes na vitória!”

Concretamente, relativamente, à introdução de portagens na Via do Infante, o pensamento que o documento eleitoral do PSD/Algarve transmitiu abertamente em Setembro de 2009 e, mais uma vez, escrito pelo meu punho, foi o seguinte:

(...)“é entendimento geral do povo algarvio, que a Via do Infante deverá ter um tratamento de excepção na problemática das concessões SCUT devido, entre outras razões, às diferentes naturezas do financiamento das duas componentes faseadas do seu traçado.

Compreende-se que a salvaguarda dos interesses nacionais, pode implicar a tomada de medidas de correcção do modelo SCUT contratado pelo governo socialista em 1999, e que se revela ruinoso para as finanças do país.

No caso do Algarve, a principal motivação da rejeição ao pagamento de portagens reside no facto de a EN 125 não ter, nem nunca terá, condições para se constituir como uma verdadeira alternativa à Via do Infante. Foi isso que levou os algarvios ao protesto público, e era isso que constava nos cartazes afixados pelo Partido Socialista. E é este partido que tem de responder pelos 3 critérios definidos pelo Ministério das Obras Públicas para a aplicação de portagens: Índices de disparidade do PIB per capita regional, Índice do Poder de Compra Concelhio (IPCC) e Tempo de percurso das vias alternativas (leia-se EN 125 no caso do Algarve).

Ora, foi pelo governo considerado que o Algarve cumpria os dois primeiros critérios, mas não o terceiro (o tal do tempo das vias alternativas) Com as obras de requalificação da EN 125 (Algarve Litoral) este terceiro critério será cumprido. Logo, pela lógica do governo socialista, a Via do Infante passará a ter portagens.

Importa, por isso, vincar que, sem a existência de uma verdadeira alternativa à Via do Infante, os algarvios têm que ver salvaguardada a sua principal reivindicação: não pagar portagens até que haja alternativas. E essa é que é a questão de fundo, tudo o resto sendo tentativas eleitoralistas de aproveitamento político por parte de quem fez o mal e a caramunha, ou seja, de quem investiu sem cuidar do preço da factura que as gerações futuras teriam que pagar.”

Chegados à situação actual, em que o Governo socialista se prepara para introduzir portagens na Via do Infante, a partir de 15 de Abril do corrente ano de 2011, contrariando as múltiplas promessas do Primeiro Ministro, de sucessivos ministros, e dos dirigentes e deputados do PS/Algarve, que juraram imaculadamente aos algarvios, sem qualquer ressalva, que tal nunca se concretizaria, jamais, em tempo algum, tenho a dizer três coisas:

1. Não retiro, nem acrescento, uma única vírgula, àquilo que, esclarecidamente, escrevi em Setembro de 2009;
2. Não retiro, nem acrescento, uma única vírgula, a todas as tomadas de posição públicas que tenho tomado desde então, contra a introdução de portagens na Via do Infante, que sempre vislumbrei a pairar ameaçadoramente sobre a região do Algarve, mesmo no tempo em que nenhuma das vozes que agora pretendem cavalgar o descontentamento popular, se fez ouvir;
3. Não pude, como queria, votar favoravelmente este projecto de resolução, pois tendo solicitado, por escrito, a libertação da disciplina de voto por parte do meu grupo parlamentar, tal não me foi concedido.

Nada existe de contraditório nas posições do PSD, e muito menos hipocrisia, sobre a matéria das SCUT em geral, e da Via do Infante em particular. A posição da direcção nacional do PSD foi **sempre** contrária ao modelo de financiamento das auto-estradas denominadas Sem Custos para o Utilizador. E a posição do PSD/Algarve e a minha própria, embora corroborando a posição nacional sobre as SCUT em geral, **sempre** entendeu que, pela génese e pelo tempo em que a Via do Infante foi construída, esta merece um tratamento diferenciado.

Hipocrisia é, quem tem o poder de decidir e de governar, quem foi o responsável pela desgraçada situação a que o País chegou, quem tudo prometeu para vencer as eleições (o Primeiro Ministro), pretender agora transferir o ónus desta decisão para cima de quem (ainda) não tem nem esse poder, nem a responsabilidade de governar (o PSD).

As portagens na Via do Infante vão avançar, com um impacto económico e social tremendo sobre a região, sem sequer esperar pelas obras de requalificação da EN 125, ainda que esteja convicto de que estas não constituem alternativa para a circulação longitudinal do Algarve. O desastre do congestionamento é inevitável. O Algarve recuará nesta matéria duas ou três décadas.

Digo, honrado, que fui convidado pelo presidente do meu Grupo Parlamentar, para ser o orador do PSD no debate do projecto de resolução em causa, distinção que agradeci, mas que recusei. Não julguei curial estar a contradizer tudo o que penso, disse e assumi, no passado e no presente, sobre esta matéria. Tampouco julguei de bom senso político ir contrariar abertamente o pensamento da direcção nacional do meu partido, falando em seu nome e no seu espaço.

Agora, o que liminarmente jamais aceitaria, seria sujeitar-me ao vexame de fazer um número de contorcionismo político, como protagonizou o orador do Partido Socialista que interveio no debate, a tentar justificar o injustificável, e a inventar novas promessas para o futuro, construídas sobre um interminável número de campas de promessas assassinaadas, que jazem no “cemitério do Alto Eleitoral”.

O silêncio, sobretudo quando acompanhado da possibilidade de exprimir livremente uma opinião divergente do poder que o subordina, como é o caso desta declaração de voto, ainda é, no meu entender, uma posição que preserva a dignidade e a credibilidade de um político.

Assembleia da República, 14 de Janeiro de 2011

José Mendes Bota